

**Executivo apresenta proposta para abertura de concurso público apenas a um mês do final do prazo da linha de financiamento europeu para a candidatura do projeto da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, que está em cima da mesa desde 2016**

Ilegalidades e trapalhadas para tentar correr contra o tempo marcam aprovações em reunião de Câmara e podem pôr em risco o financiamento

Foi hoje a discussão em reunião de Câmara um assunto que nos une a todo e que se prende com a obras de requalificação da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais. Relembramos que este projeto e respetiva realização já se arrasta desde 2016, quando abriu a linha de financiamento para todas as Câmaras do Distrito de Viana do Castelo. Outros concelhos já têm as escolas praticamente prontas, outras prestes a inaugurar e outros ainda com as obras em curso.

Só Caminha se encontra na iminência de perder esta linha de financiamento por não ter conseguido agilizar a tempo e com eficiência todos os procedimentos necessários. Relativamente ao novo projeto de execução, os vereadores do PSD questionaram o executivo acerca das peças apresentadas.

Estamos perante um projeto mais reduzido mas que irá custar mais dinheiro. Pelas respostas dadas pelos membros do executivo concluímos que o anterior projeto estava mal elaborado e os valores orçamentais para a obra foram mal calculados o que levou a que o concurso tivesse ficado deserto. Portanto, perdeu-se tempo por total incompetência deste executivo.

Agora apresentam-nos um novo projeto a menos de um mês do fim da linha de financiamento.

Depois de estarem desde 2016 a tentarem concretizar um projeto, chegamos ao fim de 2018, como já referimos a um mês do final da linha de financiamento, a tentar abrir o procedimento da empreitada.

A pressa de correr atrás do estrago é tanta, que aprovaram em reunião de câmara uma ilegalidade que pode fazer com o próprio Tribunal de Contas inviabilize todo o projeto. Passando por cima de todos tentaram que, e cita-se, “propõe-se....que possa o órgão executivo praticar o ato da competência do órgão deliberativo, aprovando um compromisso plurianual(....) para dar seguimento à abertura do procedimento concursal (...)”.

Ou seja, passamos a explicar, pretendiam e aprovaram com a sua maioria que a Câmara Municipal autorizasse uma despesa que compete somente à Assembleia Municipal fazê-lo. Os vereadores do PSD propuseram que se fizesse uma Assembleia Municipal de urgência para que não se cometesse esta ilegalidade que pode levar a deitar por terra todo o projeto, mas estranhamente a nossa proposta não foi acolhida pelo executivo.

Lamentamos que estejamos desde 2016 à espera que este concurso avance, e que só a 1 mês do fim da linha de financiamento se tente fazer tudo, passando por cima de todos e cometendo ilegalidades para o conseguir, quando o poderiam ter feito com calma e ponderação.

No entanto, continuamos com a mesma convicção com que em 2016 aprovamos por unanimidade a necessidade imperiosa de execução desta obra, de que é fundamental que não se perca esta linha de financiamento porque os nossos alunos merecem melhores condições e uma escola requalificada.

Vereadores do PSD

José Presa

Paulo Pereira

Liliana Silva